

O VERBO ‘DAR PARA’ COMO EXPRESSÃO DE MODALIDADE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO A PARTIR DA CARTOGRAFIA SINTÁTICA E DA SEMÂNTICA FORMAL

Luiz Fernando FERREIRA*
Núbia Ferreira RECH**

- **RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar usos modais do verbo ‘dar para’ do português brasileiro sintática e semanticamente, fundamentando a análise na cartografia sintática (Cinque, 1999, 2006; Cinque; Rizzi, 2008) e na semântica formal (Kratzer, 1977, 1991). Empregamos dois procedimentos metodológicos: (i) coleta e análise de 125 dados espontâneos da internet (na rede social X e sites de notícias) e (ii) elaboração de testes seguindo o método da introspecção. Na literatura, ‘dar para’, em seu uso modal, é analisado como verbo quase-auxiliar (Salomão, 2008; Souza, 2016), verbo pleno (Duarte, 2012; Souza, 2016) e verbo auxiliar (Coelho; Silva, 2014). Semanticamente, ‘dar para’ é tratado como um verbo fraco (Oliveira, 2001), que expressa modalidade epistêmica (Duarte, 2012; Coelho; Silva, 2014), modalidade facultativa (Souza, 2016) e modalidade raiz e deôntica (Veloso, 2007). Em nossa análise, mostramos que ‘dar para’ é um verbo funcional, que denota modalidade raiz fraca, expressando, preferencialmente, a modalidade circunstancial e, menos frequentemente, as modalidades deôntica e teleológica. Ele se diferencia sintaticamente dos verbos funcionais modais ‘poder’, ‘dever’ e ‘ter que’, por não favorecer o alçamento para a posição de sujeito e, semanticamente, por ser mais restrito em relação aos tipos de modalidade que expressa.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Dar para; Modalidade raiz; Modalidade; Cartografia Sintática; Semântica Formal.

Introdução

Este artigo descreve usos modais do verbo ‘dar para’ do português brasileiro (doravante PB). Assumimos como usos modais aqueles nos quais ‘dar para’ é empregado para indicar a possibilidade de eventos ou estados. Esse uso está ilustrado nas sentenças do exemplo (01). A sentença (01a) é empregada para questionar-se sobre a possibilidade

* Universidade Federal de Roraima (UFRR), Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Boa Vista, RR, Brasil. fernando.ferreira@ufrr.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7120-0171>

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Comunicação e Expressão, Instituto de Letras, Florianópolis, SC, Brasil. Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. nubiarech1971@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9278-2702>

da percepção, podendo ser parafraseada como ‘foi possível perceber?’. A sentença (01b) nega a possibilidade de ouvir, podendo ser parafraseada como ‘não foi possível ouvir.’. Por fim, a sentença em (01c) afirma a possibilidade de entendimento, podendo ser parafraseada como ‘Agora foi possível entender o caos no Rio.’.

- (01) a. Deu para perceber?
- b. Não deu para ouvir.
- c. Agora deu para entender o caos no Rio.

Os estudos sobre verbos que expressam possibilidades e necessidades focam, em sua maioria, nos aspectos semânticos e sintáticos dos verbos modais ‘poder’, ‘dever’ e ‘ter que’ (ver Pires de Oliveira; Scarduelli, 2009; Pires de Oliveira; Pessotto, 2010; Pessotto, 2011; 2014; 2015; Rech, 2011; Rech; Giachin, 2014; Mendes, 2019; Ferreira, 2020; entre outros). Entretanto, como apontam Ferreira e Rech (2025), há uma série de outros verbos e expressões verbais associados à expressão de possibilidades ou necessidades que não receberam um tratamento na literatura formal. Há duas descrições preliminares de ‘dar para’ na perspectiva formal: Oliveira (2001) e Duarte (2012). Oliveira (2001) discute as leituras modal e aspectual de ‘dar para’ sob uma perspectiva semântica. Para a autora, na leitura modal, este é um verbo que expressa possibilidade (Oliveira, 2001). A autora não discute, entretanto, o tipo de modalidade expressa por ‘dar para’. Já a descrição de Duarte (2012) tem foco mais sintático. A autora analisa ‘dar para’ como um verbo pleno que expressa modalidade epistêmica, mas sem apresentar testes que fundamentem essa análise.

A literatura que discute as leituras modais desse verbo sob a perspectiva funcionalista é mais profícua, mas apresenta algumas divergências analíticas. Sintaticamente, ‘dar para’ é analisado como verbo quase-auxiliar (Salomão, 2008; Souza, 2016), verbo pleno (Souza, 2016) ou verbo auxiliar (Coelho; Silva, 2014). Semanticamente, os trabalhos assumem que ‘dar para’ expressa modalidade epistêmica (Coelho; Silva, 2014), modalidade facultativa (Souza, 2016) e modalidade raiz e deôntica (Veloso, 2007).

O objetivo deste artigo é descrever os aspectos sintáticos e semânticos de ‘dar para’ a partir de uma perspectiva formal, fundamentando a análise na literatura sobre modalidade na cartografia sintática (Cinque, 1999, 2006; Cinque; Rizzi, 2008) e na semântica formal (Kratzer, 1977, 1991; Condoravdi, 2001; von Stechow, 2006; von Stechow; Heim, 2011; Hacquard, 2006, 2011). Na semântica formal, a modalidade é a categoria do significado associada à expressão de possibilidades e necessidades (Kratzer, 1991; Hacquard, 2011), podendo ser: (i) fraca, quando exprime possibilidade; ou (ii) forte, quando expressa uma necessidade. Além da força modal, existem diferentes tipos de modalidade, como a epistêmica, deôntica, bulética, circunstancial, teleológica, etc. Dessa forma, os objetivos específicos da análise semântica foram determinar o tipo e a força modal, se valendo de testes como emprego de contextos e paráfrases que deixem o sentido modal explícito.

Na sintaxe cartográfica, Cinque (1999, 2006) assume que os diferentes tipos de modalidade estão associados a diferentes posições na estrutura sintática. Por exemplo, existem posições diferentes para modais epistêmicos, de volição, de obrigação, de habilidade, etc. Ou seja, os tipos de modalidade são um reflexo das diferentes posições sintáticas em que eles são interpretados. Para corroborar tal proposta, o autor realiza testes de precedência e transitividade que verificam as posições que os modais ocupam, se valendo principalmente da coocorrência de itens modais com itens aspectuais e também com outros itens modais.

Neste artigo, empregamos dois procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados, a saber: (i) a coleta de 125 dados espontâneos e (ii) a elaboração de testes sintáticos e semânticos, seguindo o método da introspecção. A coleta de dados espontâneos ocorreu na internet, a partir de exemplos encontrados na rede social X e em *sites* de notícias. O objetivo foi buscar padrões linguísticos usados por usuários, observando os tipos de estruturas sintáticas nas quais esse verbo aparecia. No entanto, para a análise realizada aqui, foram necessários também dados negativos, que são muito difíceis de ocorrer de forma espontânea. Dessa forma, empregamos o método introspectivo, de forma a testar diferentes estruturas e contextos de uso com ‘dar para’ a fim de se obter dados negativos.

Mostramos que ‘dar para’ não pode expressar modalidade epistêmica, diferente do que foi assumido por Duarte (2012) e Coelho e Silva (2014). Além de não aparecer com leitura epistêmica em nenhuma das sentenças dos dados espontâneos, os testes semânticos mostraram que as sentenças com esse verbo não são felizes quando usadas em contextos que forçam a leitura epistêmica; e os testes sintáticos mostraram que ‘dar para’ está em uma posição baixa na estrutura, o que não ocorre com itens funcionais epistêmicos. Além dessa restrição, ele também parece não poder expressar modalidade bulética, abilitiva ou deontica alta (*ought to be*)¹. A nossa análise é que esse verbo expressa modalidade raiz fraca, sendo a leitura preferencial a circunstancial e as menos frequentes a teleológica e a deontica baixa (*ought to do*). Observamos que a nossa análise se aproxima da proposta por Souza (2016) e que o que a autora chama de modalidade facultativa equivale à modalidade circunstancial na semântica formal.

Sintaticamente, argumentamos que ‘dar para’ não se trata de um verbo pleno (Duarte, 2012; Souza, 2016), mas sim de um verbo funcional, indo ao encontro da análise de Coelho e Silva (2014), que o classificam como um verbo auxiliar. No entanto, mostramos que ‘dar para’, diferentemente de outros verbos funcionais modais como ‘poder’, ‘dever’ e ‘ter que’, não favorece o alçamento para a posição de sujeito.

¹ Feldman (1986) postula dois tipos de obrigação: uma que corresponde a um conjunto de normas de como um estado de coisas deve ser, associada à obrigação moral (*ought-to-be*); outra que recai sobre um indivíduo específico (*ought-to-do*). Hacquard (2006, 2010) também estabelece essa distinção, mas a associa à posição do modal na estrutura da sentença: o deontico *ought-to-be* é interpretado em posição alta, referindo-se a um participante do evento de fala (o interlocutor); o deontico *ought-to-do* é interpretado em posição baixa, referindo-se a um dos participantes do evento descrito pelo VP, normalmente o sujeito da sentença.

Este artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção faz um panorama do tratamento dado a verbos que expressam modalidade na semântica formal e na cartografia sintática. A segunda seção apresenta a metodologia de coleta e análise de dados. A terceira seção apresenta os resultados da análise de dados. Por fim, a última seção traz as considerações finais do artigo.

O tratamento da modalidade na semântica formal e na cartografia sintática

A análise dos aspectos sintáticos e semânticos de ‘dar para’ está fundamentada na vasta literatura sobre verbos que expressam modalidade na cartografia sintática (Cinque, 1999, 2006; Cinque; Rizzi, 2008) e na semântica formal (Kratzer, 1977, 1991; Condoravdi, 2001; von Fintel, 2006; Hacquard, 2006, 2011), paradigmas que serão apresentados a seguir.

Modalidade na semântica formal

Na semântica formal, a modalidade é a categoria do significado associada à expressão de possibilidades e necessidades (Kratzer, 1991; von Fintel, 2006; Hacquard, 2006, 2011). Ela pode ser descrita em ao menos duas dimensões: (i) força modal e (ii) sabor modal (von Fintel, 2006; Hacquard, 2011). A força do modal depende se este expressa uma necessidade ou possibilidade. Quando expressa uma necessidade, um modal é classificado como forte, como o ‘ter que’ do PB, ilustrado em (02a). Quando o modal exprime possibilidade, ele é classificado como fraco, como o ‘poder’ do PB, ilustrado em (02b).

- (02) a. Maria tem que ter o passaporte para viajar para os EUA.
b. Maria pode usar o RG para viajar nos países do Mercosul.

A segunda dimensão que empregamos para descrever a modalidade é o sabor modal, que se refere aos diferentes critérios que o falante emprega para considerar tais possibilidades/necessidades. Por exemplo, a modalidade é epistêmica quando as possibilidades são consideradas de acordo com as evidências disponíveis, como ilustrado em (03a); bulética quando estão de acordo com os desejos de alguém, como ilustrado em (03b); habilitativa quando elas são consideradas a partir das habilidades de alguém, como ilustrado em (03c); circunstancial quando elas estão de acordo com as circunstâncias/condições da situação, como ilustrado em (03f); teleológica quando elas são consideradas para se atingir determinado fim/objetivo, como ilustrado em (03g). Quando as possibilidades consideradas estão de acordo com as regras, a modalidade é deontica, que pode ser de dois tipos, a depender de para quem as regras são direcionadas (Hacquard, 2006, 2010). Quando as regras são direcionadas a um participante do evento

descrito pelo VP, preferencialmente o sujeito da sentença, ela é chamada de modalidade deôntica do tipo *ought to do*, como ilustrado em (03e); quando, entretanto, as regras são direcionadas ao interlocutor, ela é chamada de modalidade deôntica do tipo *ought to be*, como ilustrado em (03d).²

- (03) a. Pode chover, está cheio de nuvens escuras no céu. (epistêmica)
b. O João bem que podia ser advogado, eu preciso de uma defesa. (bulética)
c. O João pode falar três línguas. (habilitativa)
d. A cachorra pode tomar vacina às 13h. (deôntica - *ought to be*)
e. O João pode beber, ele completou 18 anos ontem. (deôntica - *ought to do*)
f. O João pode nos dar uma carona, o carro está funcionando. (circunstancial)
g. O João pode usar o microondas para esquentar o leite. (teleológica)

O ‘poder’ pode expressar diferentes modalidades, como ilustrado em (03). O mesmo ocorre com verbos modais em outras línguas, como o inglês (ver Kratzer, 1977) e, por esse motivo, Kratzer (1977) assume que os sabores modais são pragmáticos, dependentes do contexto.

A nossa análise semântica teve como objetivos específicos determinar o sabor e a força modal. Para isso, empregamos uma série de testes comumente assumidos pela literatura formal sobre modalidade. O primeiro teste está relacionado à interação dos diferentes sabores modais com tempo e aspecto. Como mencionado anteriormente, o sabor modal depende dos critérios empregados para considerar as possibilidades/necessidades (as evidências, os desejos, as leis etc.). Nesse sentido, podemos observar o tempo no qual esses critérios estão ancorados. Por exemplo, em (04a), assume-se que a possibilidade de João estar em casa é com base nas evidências disponíveis no momento da enunciação (presente) e, em (04b), assume-se a possibilidade de João beber com base nas leis vigentes no momento da enunciação (presente). Essa ancoragem recebe o nome de perspectiva temporal (Condoravdi, 2001).

- (04) a. João pode estar em casa, as luzes estão acesas.
b. João pode beber, ele tem mais de 18 anos.

A análise da perspectiva é relevante, uma vez que permite diferenciar a leitura epistêmica de outras leituras. Por exemplo, o verbo ‘poder’ com leitura epistêmica é incompatível com o morfema de pretérito perfeito para expressar a perspectiva temporal

² Souza (2016) emprega a terminologia modalidade facultativa em seu trabalho sobre ‘dar para’. Essa terminologia não é empregada na literatura formal sobre modalidade (ver von Stechow, 2006; Hacquard, 2011). Souza (2016) descreve dois tipos de modalidade facultativa: (i) orientada para o participante e (ii) orientada para o evento. No primeiro caso, ela expressa uma habilidade do sujeito (Souza, 2016, p. 96); no segundo caso, ela expressa que existem condições circunstanciais que possibilitam o evento (Souza, 2016, p. 94). Pela descrição da autora, o que ela chama de modalidade facultativa equivale, na semântica formal, às modalidades habilitativa e circunstancial.

de passado, como ilustrado pela sentença em (05a). Observe que (05a) não pode ser empregada para dizer que, com base nas evidências disponíveis em algum momento no passado, a eventualidade João estar em casa era possível. Por outro lado, esse mesmo modal se torna compatível com o morfema de pretérito perfeito para expressar a perspectiva temporal passada se a leitura for de modalidade deôntica, como ilustrado pela sentença em (05b). Observe que, nesse caso, (5b) pode ser empregada para dizer que, com base nas regras da empresa de detetização em algum momento no passado, João tinha permissão para estar em casa.³

- (05) a. #João pôde estar em casa, as luzes estavam acesas.
b. João pôde estar em casa, a detetização já havia acabado.

Outro teste empregado para diferenciar a leitura epistêmica de outras leituras foi o acarretamento de factualidade (*actuality entailment*, tradução nossa). Bhatt (1999) foi quem primeiro descreveu esse fenômeno, relacionando-o ao modal habilitativo, que, quando se encontra na forma perfectiva, gera acarretamento de que o evento descrito sob o seu escopo aconteceu. Esse fenômeno se manifesta, entretanto, com todo modal de raiz (Hacquard, 2006; Tsai, 2015). O exemplo (06) mostra sua manifestação com um modal teleológico. Em (06a), o modal está conjugado no aspecto perfectivo, gerando acarretamento de que o evento de fato ocorreu, enquanto em (06b) não.

- (06) a. Para ir ao zoológico, Jane pôde pegar o trem.
b. Para ir ao zoológico, Jane podia pegar o trem.
(Hacquard, 2006, p. 13, tradução própria)

Por fim, podemos determinar o sabor modal que um item denota, empregando paráfrases e contextos que deixem explícitos os critérios para considerar a possibilidade, forçando determinadas leituras. Por exemplo, em (03f), a informação de ‘o carro estar funcionando’ força uma leitura circunstancial, enquanto, em (03g), a informação ‘para esquentar o leite’, trazida pela subordinada adverbial, força uma leitura teleológica. A força de um modal pode ser determinada empregando o teste de Von Stechow e Heim (2011, p. 31), segundo o qual a coordenação de sentenças com proposições incompatíveis com modais fortes gera uma contradição, como ilustrado em (07a), mas o mesmo não ocorre com os modais fracos, como ilustrado em (07b).

³ Um parecerista anônimo pontuou que a incompatibilidade da leitura epistêmica ilustrada em (05a) não ocorre quando a sentença está no pretérito imperfeito, como em ‘João podia estar em casa. As luzes estavam acesas’. É importante reforçar que o contraste entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica ocorre apenas no aspecto perfectivo. Observe que, no pretérito imperfeito, o modal fica adequado com ambas as leituras.

(i) a. João podia estar em casa. As luzes estavam acesas. (epistêmica)

b. João podia chegar em casa tarde. O pai dele deixou. (deôntica)

Como o nosso objetivo é mostrar ambientes nos quais a modalidade deôntica se comporta diferente da modalidade epistêmica, é relevante que o teste seja realizado com a flexão de aspecto perfectivo.

- (07) a. You must stay, and/but also, you must leave. (leave = not stay)
 ‘Você deve ficar, e/mas também deve você sair.’ CONTRADITÓRIO
- b. You may stay, but also, you may leave.
 ‘Você pode ficar, mas também você pode sair.’ CONSISTENTE

Modalidade na cartografia sintática

Na cartografia sintática, se assume uma hierarquia entre núcleos funcionais, rigidamente ordenados, que é estendida a todas as línguas, como uma propriedade da gramática universal (GU). A segmentação dos núcleos funcionais teve início com a separação entre as categorias de tempo (*tense*) e concordância (*agreement*), proposta por Pollock (1989), depois estendida para flexões verbais, como modo, modalidade, aspecto, por Cinque (1999). Em uma das primeiras versões da hierarquia de Cinque (1999), já é feita uma distinção entre modalidade epistêmica, a qual ocupa uma posição alta na hierarquia, e modalidade de raiz, que agrupa modais baixos. Em (08), apresentamos a parte relevante da hierarquia para este artigo:

- (08) Mood_{speech act} > Mood_{evaluative} > Mood_{evidential} > **Mod_{epistemic}** > TP(Past) > T(Future) > Mood_{irrealis} > Asp_{habitual} > AspP_{repetitive} > T(Anterior) > Asp_{perfect} > Asp_{retrospective} > Asp_{durative} > Asp_{progressive} > Asp_{prospective} / **Mod_{root}** > VoiceP > Asp_{celerative} > Asp_{completive} > Asp_{(semel)repetitive} > Asp_{iterative...}

(Cinque, 1999, p. 76, grifo próprio)

Note que o núcleo modal epistêmico (ModEpistemic) está localizado acima do TP, enquanto o núcleo modal de raiz segue TP e a maioria dos núcleos aspectuais, localizado próximo ao núcleo VoiceP. Uma evidência empregada por autores como Cinque (1999, 2006), Stowell (2004), Hacquard (2006), Tsai (2015), entre tantos outros, para localizar o modal epistêmico em uma posição alta na estrutura sintática e modais de raiz em posição baixa é a possibilidade de uma sequência de modais, na qual o primeiro tem leitura epistêmica; e o segundo, leitura de raiz, como ilustrado em (09). Não é possível, no entanto, uma sequência de modais na qual o segundo item modal possua leitura epistêmica.

- (09) João pode ter que chegar cedo.
 ModEpistêmico > ModDeônticoOught-to-do

Um dos objetivos deste estudo é verificar se o verbo ‘dar para’ é empregado como um predicado lexical ou como um item funcional. Nesse sentido, a distinção entre essas duas categorias se torna relevante. De acordo com a literatura, tal distinção se estabelece

entre “conceitos”, para itens lexicais, e “significado gramatical”, para itens funcionais (Rizzi; Cinque 2016, p. 140). Para testar as propriedades concernentes a cada uma dessas categorias, submetemos o verbo “dar para” a combinações com complementos CP e DP, que correspondem a argumentos, e a testes de precedência e transitividade, como os propostos por Cinque (1999, 2006). A eficiência dos testes propostos por Cinque é que, se o verbo seguir o ordenamento dos núcleos funcionais, seu significado é gramatical; já, se não alternar com tais núcleos, corresponde a um item lexical. Em (10), ilustramos esse teste com um exemplo de Cinque (1999, p. 62) da língua crioula haitiana:

- (10) a. *Za te dwe maze.*
 J. PAST deve comer.
 ‘J. tem tido que (obrigação) comer.’

- b. *Za dwe te maze.*
 J. deve PAST comer
 ‘J. deve (probabilidade) ter comido.’

Em (10a), a partícula *te*, indicadora de tempo passado, precede o modal *dwe* (deve), que assume uma leitura de raiz, ocupando uma posição baixa na estrutura. Já em (10b), *te* segue o modal, que, por anteceder o núcleo funcional indicador de tempo, assume leitura epistêmica.

No português, o verbo *ir* corresponde a uma forma independente, enquanto o morfema *-rá* não. Mesmo assim, ambos equivalem a núcleos funcionais indicadores de tempo futuro. Em línguas crioulas como o guineense, as marcações de tempo são dadas por partículas, itens funcionais, mas separados do verbo lexical (como *ir*), conforme ilustra o exemplo de Cá (2021, p. 81) com as partículas “*ba*” e “*ta*”:

- (11) a. N *djuga ba tchiu odjan mininu.*
 Eu jogar ANT muito quando criança
 ‘Eu jogava muito quando criança.’

- b. N *ta kanta ba tchiu.*
 Eu HAB cantar ANT muito
 ‘Eu cantava muito.’

A partícula *ba* marca o pretérito imperfeito e pode ocorrer sozinha, como em (11a), ou combinar-se com a partícula *ta*, marcadora de aspecto progressivo, como em (11b). É importante notar que tais partículas seguem um ordenamento rígido, em que a indicadora de aspecto *ta* antecede a temporal *ba*, sendo a primeira pré-verbal; e a segunda, pós-verbal. Os núcleos funcionais têm recursos morfossintáticos apropriados para desencadear movimento sintático e outras ações sintáticas importantes, como marcação de tempo, modo, modalidade, aspecto (cf.: Rizzi; Cinque, 2016, p. 141).

Conforme Cinque (1999, 2006) e Rizzi e Cinque (2016), entre outros, um mesmo item modal disponibiliza mais de uma leitura a depender da posição que ocupa na hierarquia dos núcleos funcionais e da consequente relação que estabelece com outros núcleos, de modo, modalidade, tempo e aspecto. Segundo Rizzi e Cinque (2016, p. 141), os elementos funcionais, assim como os de conteúdo, tornam mais simples e uniformes a concepção geral de estruturas sintáticas.

Hacquard (2006) estabelece uma ponte entre as propostas de Kratzer (1977) da semântica formal e Cinque (1999) da cartografia sintática. A autora assume que as diferenças entre os tipos de modalidade descritos para os verbos modais pela semântica formal não são puramente contextuais, mas decorrem das diferentes posições sintáticas em que o modal pode ocorrer. Desse modo, a partir dessa proposta, se estabelece um diálogo entre os pressupostos de ambas as áreas e os testes semânticos podem corroborar análises sintáticas e vice-versa. O fenômeno de acarretamento de factualidade, por exemplo, também assume relevância na cartografia sintática. Tsai (2015) emprega tal fenômeno como uma consequência da análise dos modais, demarcando diferença entre modais altos – como os com leitura epistêmica e deôntica *ought to be* – e baixos – como os com leitura circunstancial, deôntica *ought to do* e teleológica. Uma vez que uma propriedade dos modais altos é a não flexão no aspecto perfectivo, o autor aponta que o fenômeno de acarretamento de factualidade pode ocorrer apenas com modais baixos.

Tsai (2015) testa se modais altos, de fato, oferecem restrições ao fenômeno do acarretamento de factualidade com o chinês, cujos modais não realizam movimento perfectivo; ao invés disso, recorre à inserção de um operador aspectual acima do verbo modal, uma estratégia, para além da flexão no perfectivo, para gerar acarretamentos de factualidade. Em (12), são transcritos exemplos com o modal deôntico ‘yao’ (Tsai, 2015, p. 290):

- (12) a. Akiu yao changchang xiuxi. [irrealis : necessidade]
 Akiu YAO frequentemente descança
 ‘Akiu precisa descansar com frequência/frequentemente’
- b. Akiu changchang yao xiuxi.[realis: necessidade humana]
 Akiu frequentemente YAO descança
 ‘Akiu com frequência/frequentemente precisou descansar’

Em (12a), o modal ‘yao’ antecede o advérbio de frequência ‘changchang’ (operador aspectual); como consequência, a sentença obtém leitura irrealis, e o modal obtém leitura imperfectiva. Quando, entretanto, ‘yao’ segue o advérbio ‘changchang’, a sentença obtém leitura realis, e o modal obtém leitura perfectiva. A partir do exemplo (12), Tsai (2015) mostra que o fenômeno do acarretamento de factualidade está relacionado aos modais baixos, como o deôntico *ought-to-do*, em (12b), mas não aos modais altos, como o deôntico *ought-to-be*, em (12a).

Apartir da análise do chinês, Tsai (2015) constata que acarretamentos de factualidade são restritos a modais de raiz – habilitivo, volitivo, teleológico, deôntico *ought-to-do*, entre outros, localizados abaixo de TP; modais epistêmicos e deônticos *ought-to-be*, por estarem acima de TP, não geram acarretamento de factualidade.

Com base nos pressupostos teóricos da sintaxe cartográfica, analisamos o verbo ‘dar para’, a partir de propriedades lexicais e funcionais. Para a análise de propriedades lexicais, investigamos a categoria do elemento que figura na posição de seu complemento (Ferreira, 2009), assim como suas restrições de seleção semântica; já para a análise de propriedades funcionais, realizamos os testes de precedência e transitividade propostos por Cinque (1999, 2006), investigando as possibilidades de coocorrência de ‘dar para’ com diferentes itens funcionais indicadores de tempo, modalidade e/ou aspecto.

A metodologia de coleta e análise de dados

Neste artigo, empregamos dois procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados, a saber: (i) a coleta de 125 dados espontâneos e (ii) a elaboração de testes sintáticos e semânticos, seguindo o método da introspecção. A coleta de dados ocorreu na internet, a partir de exemplos encontrados na rede social X e em *sites* de notícias. O objetivo de coletar dados espontâneos foi buscar padrões de uso de usuários, observando os tipos de estruturas sintáticas nas quais esse verbo aparecia. No entanto, para a análise realizada aqui, foram necessários também dados negativos, que são muito difíceis de ocorrer de forma espontânea. Por isso, empregamos os testes sintáticos e semânticos descritos na seção anterior a partir do método introspectivo, de forma a testar diferentes estruturas e contextos que licenciam o uso com ‘dar para’, a fim de se obter dados negativos.

A análise de dados

A força modal

A nossa análise vai ao encontro da de Oliveira (2001) de que ‘dar para’ expressa apenas modalidade fraca. A análise dos dados espontâneos corroborou essa proposta, uma vez que ‘dar para’ foi usado apenas em contextos expressando modalidade fraca, como ilustrado nos dados em (13), que mostram que ‘dar para’ pode ser parafraseado com ‘ser possível’.

- (13) a. *Deu para* esticar a vantagem.
 a'. *Foi possível* esticar a vantagem.
- b. *Dava para* ver a felicidade na carinha dela.
 b'. *Era possível* ver a felicidade na carinha dela.
- c. Vamos ver se *dá para* acusá-lo.
 c'. Vamos ver se *é possível* acusá-lo.

Uma outra evidência advém do teste proposto em Von Fintel e Heim (2011, p. 31), que mostrou que ‘dar para’ se comporta como um modal fraco, pois permite conciliar proposições não compatíveis sem gerar contradições, como ilustrado em (14). Dessa forma, podemos concluir que ‘dar para’ expressa modalidade fraca, semelhante ao verbo modal ‘poder’ do PB.

- (14) Dá para o Corinthians ganhar, mas também dá para o São Paulo ganhar.

O sabor modal

Trabalhos anteriores assumiram que a construção ‘dar para’ expressa modalidade epistêmica (Duarte, 2012; Coelho; Silva, 2014), modalidade facultativa (Souza, 2016) e modalidade de raiz e deôntica (Veloso, 2007).⁴ Argumentamos que ‘dar para’ não pode ser empregado para expressar modalidade epistêmica, sendo modal de raiz, cuja leitura preferencial é a circunstancial. Nos dados espontâneos, observamos três tipos de modalidade, que correspondem a modais de raiz: (i) modalidade circunstancial; (ii) modalidade deôntica – *ought to do* e (iii) modalidade teleológica.

Tabela 1 – Tipos de modalidade encontradas no *corpus*

Modalidade	Quantidade	Percentual
Circunstancial	103	86,5%
Deôntica – <i>ought to do</i>	15	12,6%
Teleológica	1	0,84%

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Para Souza (2016), o uso habilitivo de ‘dar’ ocorre em construções como ‘João dá pra médico’, nas quais remete-se às habilidades/aptidões de João. Esse tipo de construção não apareceu em nossos dados espontâneos. Apesar de parecer uma construção modal de habilidade, a estrutura desses exemplos difere da que estamos tratando aqui, uma vez que o sujeito é obrigatório e, no escopo do modal, há uma propriedade, e não uma proposição. Neste artigo, optamos por um recorte que não contempla esse tipo de construção, deixando a análise de ‘dar para’ expressando habilidade para pesquisas futuras.

A tabela 1 mostra que ‘dar para’ parece favorecer contextos de modalidade circunstancial. Observe as sentenças em (15), provenientes do nosso *corpus*. (15a) pode ser parafraseada como “nem é provável que as condições permitam ver”, (15b) pode ser parafraseada como “As condições só possibilitaram desenhar o pé”, e (15c) pode ser parafraseada como “as condições não permitiram ouvir”.

- (15) a. Nem deve dar pra ver.
 b. Ent só deu para desenhar o pé.
 c. Não deu para ouvir.

Houve casos nos quais ‘dar para’ foi empregado como modal deôntico e como teleológico. Por exemplo, (16a) é deôntica e foi empregada em um contexto no qual um motorista extrapolou a velocidade, e o carro caiu, podendo ser parafraseada como “de acordo com as regras, não era permitido correr”. Já (16b) expressa modalidade teleológica, pois foi empregada em um contexto no qual as mães entrevistadas têm um objetivo em mente, o fim da romantização do transtorno, e poderia ser parafraseada como “Para o fim da romantização do transtorno, não é possível mostrar só o lado bonito”.

- (16) a. ‘Sabia que não dava para correr.’, diz recepcionista após carro que caiu em loja.
 b. No Dia da Conscientização do Autismo, mães pedem fim da romantização do transtorno: ‘Não dá para mostrar só o lado bonito.’

No entanto, o uso de ‘dar para’ para exprimir modalidade deôntica e teleológica foi bem menos frequente em relação à modalidade circunstancial. Aplicamos, ainda, um teste colocando ‘dar para’ em sentenças que forcem certas leituras e observamos que esse modal fica estranho com leitura epistêmica, como ilustrado em (17a), bulética, como ilustrado em (17b); habilitativa, como ilustrado em (17c); e deôntica *ought to be*, como ilustrado em (17d). Por outro lado, o uso de ‘dar para’ soa natural com leitura deôntica *ought to do*, como ilustrado em (17e), circunstancial, como ilustrado em (17f); e teleológica, como ilustrado em (17g).

- (17) a. #Dá pra chover, está cheio de nuvens escuras no céu. (epistêmica)
 b. #Daria pro João ser advogado, eu preciso uma defesa. (bulética)
 c. #Dá para o João falar três línguas. (habilitativa)
 d. #Dá pra a cachorra tomar vacina às 13h. (deôntica – *ought to be*)
 e. Já dá pro João beber, ele completou 18 anos ontem. (deôntica – *ought to do*)
 f. Dá pro João nos dar uma carona, o carro está funcionando. (circunstancial)
 g. Dá pra usar o micro-ondas para esquentar o leite. (teleológica)

Dessa forma, assumimos que há uma restrição de ‘dar para’ com as modalidades mais altas, a saber, epistêmica, bulética, deôntica *ought to be* e também com a habilitativa,

como ilustrado em (17). Os dados espontâneos sugerem que ‘dar para’ expressa modalidade raiz, preferencialmente a leitura circunstancial e, com menos frequência, as leituras deôntica *ought to do* e teleológica.

Se ‘dar para’ não admitir leitura epistêmica, como vimos argumentando, é esperado que não haja sequências como *dar p(a)ra > poder*; *dar p(a)ra > ter que*, em que ‘dar para’ ocupe a primeira posição na sequência modal. Essa restrição, de fato, se constata na língua, como mostram os pares de sentenças a seguir:

- (18) a. Pode dar para resolver esse problema.

ModEpistêmico>ModCircunstancial

- a’. *Dá para poder resolver esse problema.

- b. Tem que dar para parcelar essa compra.

ModBulético>ModDeônticoOught-to-do

- b’. *Dá para ter que parcelar essa compra.

A má-formação de (18a’) e (18b’) evidencia que ‘dar para’ não figura antes de ‘poder’ nem de ‘ter que’, sendo incompatível posicionalmente com leitura epistêmica. Além disso, ‘dar para’ pode ocorrer flexionado no pretérito perfectivo, como ilustrado em (15b-c), o que não ocorre com verbos funcionais epistêmicos. Quando figura com essa flexão, ‘dar para’ gera acarretamento de factualidade, como ilustrado em (15b), em que o evento de desenhar o pé, de fato, ocorreu. Como vimos argumentando, o acarretamento de factualidade é uma propriedade associada apenas a modais raiz. Por fim, ‘dar para’ não fica bom em contextos que forcem a leitura epistêmica, como ilustrado nos exemplos de (19) a (21).

- (19) CONTEXTO: Um médico está observando os sinais, como dilatação e distância entre as contrações, para determinar se o nascimento está próximo.

- a. Seu bebê pode nascer a qualquer momento.

- b. #Dá para o seu bebê nascer a qualquer momento.

- (20) CONTEXTO: Seu pai sofreu um acidente e está na UTI desacordado. Você e sua mãe vão visitá-lo. Ele não pode se comunicar para dizer se está sentindo dor, mas os ferimentos parecem bem sérios.

- a. Não toque nele, ele pode estar sentindo dor.

- b. #Não toque nele, dá para ele estar sentindo dor.

- (21) CONTEXTO: Você e sua irmã estão aguardando pela sua mãe em casa. Você sabe que ela sai do trabalho às 17h e demora cerca de meia hora para chegar em casa.

- a. A mamãe pode chegar a qualquer instante.

- b. #Dá para a mamãe chegar a qualquer instante.

A impossibilidade de empregar ‘dar para’ em contextos que forcem a leitura epistêmica é uma outra evidência de que esse modal não possui essa leitura.⁵

A flexão de tempo e a perspectiva temporal

Esta subseção apresenta as flexões tempo-aspectuais que ocorreram no verbo ‘dar para’ nos dados espontâneos, bem como a análise adotada em relação ao papel dessas flexões nesses contextos. Em nossos dados, encontramos a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Flexões de tempo-aspecto encontradas no *corpus*

Item	Quantidade	Percentual
Pretérito imperfeito	45	36%
Presente do indicativo		
(não progressivo)	33	26,4%
(progressivo)	2	1,6%
Pretérito perfeito		
(leitura de passado)	14	11,2%
(leitura de presente)	9	7,2%
Futuro do pretérito	17	13,6%
Futuro do presente	3	2,4%
Infinitivo	2	1,6%

Fonte: Elaboração própria.

Nos dados coletados na internet, 23 dos 125 dados estavam no pretérito perfeito (18,4%), como ilustrado em (22) abaixo.

- (22) a. Deu para perceber?
 b. Deu para entender porque o Lula está taxando em 92% suas comprinhas na SHEIN?
 c. Deu para notar que ali que não sentiu remorso em deixar as mulheres.

É importante salientar que, apesar de ser uma flexão de tempo geralmente associada ao passado, os dados espontâneos mostram uma tendência de que ela seja usada para

⁵ Um parecerista anônimo questionou se não seria possível tratar ‘dar para’ como sendo ambíguo entre as leituras epistêmica e circunstancial, com o modal baixo com leitura circunstancial, e o alto com leitura epistêmica. Há sentenças que são, de fato, ambíguas entre uma leitura circunstancial e epistêmica, como o caso de ‘Violetas podem crescer aqui’ (Hacquard, 2006). Em um contexto no qual o falante viu violetas naquela região, tem-se a possibilidade cogitada com base nas evidências/conhecimento, disponibilizando-se, dessa forma, uma leitura epistêmica; em um contexto no qual o falante nunca viu uma violeta naquela região, mas sabe que o solo e o clima são adequados, tem-se uma leitura circunstancial. Na sentença dada, o modal ‘pode’ é capaz de expressar as duas leituras. Se, entretanto, ambas as leituras, epistêmica e circunstancial, estivessem disponíveis para ‘dar para’, seria esperado que ‘dar para’ gerasse também uma sentença ambígua e ocorresse em contextos puramente epistêmicos, como (19-21); como vimos, ‘poder’ é licenciado nesses contextos, e ‘dar para’ não.

falar do passado recente ou mesmo do próprio presente. Dos 23 dados, em 9 o emprego de ‘deu para’ não está sendo usado para se restringir ao passado. Uma evidência é que o uso do pretérito perfeito nesses dados, ilustrado em (22), poderia ser substituído pelo presente do indicativo, e as sentenças poderiam ser empregadas no mesmo contexto, como ilustrado em (23). Uma outra evidência de que o uso do pretérito perfeito não está restrito ao passado é a coocorrência dessa flexão com o advérbio de tempo ‘agora’, como ilustrado em (24).

- (23) a. Dá para perceber?
 b. Dá para entender porque o Lula está taxando em 92% suas comprinhas na SHEIN?
 c. Dá para notar que ali que não sentiu remorso em deixar as mulheres.
- (24) a. *Agora* deu para entender o caos no Rio.
 b. Deu para entender *agora* a ida da dama do comando vermelho no ministério da justiça.

No entanto, há casos nos quais essa flexão de tempo é empregada para se referir a um momento específico no passado, como nas sentenças ilustradas em (25).

- (25) a. Ele estava grande demais para aparecer no desenho, Ent só deu para desenhá-lo o pé.
 b. Fiz uma lasanha tão gostosa pro jantar que não deu para comer um pedaço só.
 c. A doação dos fãs da Taylor Swift deu para custear o velório e o transporte do corpo da filha.

A fim de explicar por que a flexão de passado parece ser usada ora para se referir ao presente, ora para se referir a um momento específico no passado, adotamos a análise de Ferreira (2017) do sistema temporal do português brasileiro. O autor observa que o pretérito perfeito pode se referir tanto ao passado, como em (26a), quanto ao presente, como em (26b). Para explicar esse comportamento, o autor assume que o pretérito perfeito é uma flexão ambígua, funcionando como *spell out* de duas estruturas diferentes. Na leitura de passado, teríamos o aspecto perfectivo no escopo do tempo passado, como em (26a) e, na leitura de presente, teríamos o aspecto perfeito no escopo do presente, como ilustrado em (26b).

- (26) a. João assou um bolo *ontem*.
 [TP *passado* [ASPP *perfectivo*]]
- b. *Agora* já comi o bastante.
 [TP *presente* [ASPP *perfeito*]]

Dessa forma, a leitura de presente seria um presente perfeito. Uma característica nos dados com ‘deu para’ que reforça a análise de que parte desses dados são um *spell out* de presente + perfeito é que esses dados são empregados para falar de um passado recente ou de um passado com consequências no presente, como em ‘deu para perceber’, em (22a), ou ‘deu para notar’, em (22c); o entendimento ou a percepção de algo que ocorreu recentemente com resultado no presente.

Considerando essas duas leituras possíveis, a leitura presente restringe a perspectiva do modal para o presente, como em (24a), na qual as condições no momento presente permitem entender o caos no Rio, enquanto a leitura de passado restringe a perspectiva do modal para o passado, como em (25c), na qual as condições no passado permitiram o velório e o transporte. Desse modo, concluímos que o tempo da sentença desloca a perspectiva temporal do modal, o que pode ficar menos evidente no caso do pretérito perfeito, uma vez que essa flexão de tempo pode funcionar como *spell out* tanto do passado quanto do presente.

O presente do indicativo apareceu em 35 dos 125 dados (28%), sendo 32 no não progressivo e 2 no progressivo. Analisamos primeiramente o uso do presente do indicativo não progressivo, ilustrado em (27). O presente também parece operar sob a perspectiva temporal do modal. Por exemplo, a sentença em (27a) indica que as condições atuais não permitem ficar neutro com os ataques de Israel à Palestina. Já (27b) indica que as condições no presente com a catástrofe ambiental da Braskem em Maceió não permitem baixar a guarda.

- (27) a. Não dá para ficar neutro nesse choque de barbáries em Israel.
 b. Maceió atualiza velocidade do afundamento da mina da Braskem: ‘Não dá para baixar a guarda’.

Ferreira (2017) assume que a leitura de presente do pretérito perfeito é *spell out* do tempo presente e aspecto imperfectivo, como ilustrado em (28).⁶ Então, consideramos que o presente do indicativo ‘dá para’ e o pretérito perfeito ‘deu para’ se diferenciam, grosso modo, se o falante concebe o evento no escopo do modal como culminado ou não. Por exemplo, em (22) o uso do pretérito faz com que os eventos de perceber, entender e notar sejam concebidos como culminados, interpretação sendo desencadeada pelo aspecto perfeito presente na estrutura. O uso do presente do indicativo em (27), por sua vez, faz com que as eventualidades de ficar neutro e baixar a guarda sejam concebidas como não culminadas, interpretação desencadeada pelo aspecto imperfectivo presente na estrutura.

- (28) [_{TP} *presente* [_{ASPP} *imperfectivo*]]

⁶ Essa análise não dá conta de certos usos, como o presente histórico, o presente narrativo e o futuro programado. Seguimos Ogihara (2005), Schmit (2001) e Ferreira (2016, 2017), assumindo que estas são leituras marginais e que não constituem de fato um presente.

Quando o presente do indicativo ocorre associado ao progressivo, a perspectiva modal presente ainda permanece como presente; no entanto, os falantes parecem usá-la para indicar uma situação recente e/ou temporária. Por exemplo, em (29a) o falante parece considerar que a situação de não defender o cinema brasileiro é algo recente. Já em (29b), o uso do progressivo aponta que a situação de ouvir os cantos dos passarinhos é algo efêmero, que está ocorrendo naquele momento, mas pode acabar a qualquer momento.

- (29) a. O cinema brasileiro feito recentemente não tá dando para defender, não.
b. mas tá dando para escutar os passarinhos cantando!

O pretérito imperfeito apareceu em 45 dados (36%). O pretérito imperfeito opera sob a perspectiva do modal, que é de passado. Os dados foram coletados na rede social X em novembro de 2023. Os dados são reclamações feitas por usuários que estavam insatisfeitos com os *shows* da Taylor, em (30a-b), e do Rebelde, em (30c-d), que estavam acontecendo nesse período. Temos a leitura do que as condições no passado permitiram ou não permitiam. Por exemplo, em (30c), a leitura é que as circunstâncias daquele momento que permitiam ir ao *show* também permitiam adiar o *show* para a segunda e, em (30d), a leitura é que as condições no momento do *show*, que já havia acontecido, não permitiam que se ouvisse a TV dentro de casa. Desse modo, o pretérito imperfeito desloca a perspectiva temporal para o passado.

- (30) a. 300 ml não dava para matar a sede.
b. com toda a estrutura da Taylor dava para montar uns 3 MITA.
c. Super entendemos a situação da Anahí, mas se dava para ir no show, dava para [adiar o show de ontem para segunda!
d. não dava para [ouvir sua tv dentro de casa].

Classificamos como futuro dados com a perífrase com 'ir', como ilustrado em (31), que ocorreu em apenas 3 dados (2,4%). Seu uso ancora a perspectiva no futuro, como, por exemplo, em (31a), no qual a leitura é que não se sabe se as circunstâncias em um momento futuro permitirão fazer a foto; em (31b), a leitura é que as circunstâncias em um momento futuro não permitirão o engavetamento da PEC; e em (31c), a leitura é que as circunstâncias em um momento futuro, que é o salário proporcional a três dias, possibilitarão a vida.

- (31) a. Não sei se vai dar para fazer uma foto assim.
b. Lira afirma que não vai dar para engavetar PEC do STF; entenda.
c. O salário proporcional a 3 dias por semana trabalhados vai dar para viver?

O futuro do pretérito ocorreu em 17 dados (13,6%). O uso desse tempo parece favorecer uma leitura contrafactual, que indica uma situação como não compatível

com a realidade. Por exemplo, em (32) temos exemplos de sentenças em que pessoas demonstram descontentamento com os gastos do governo, indicando o que seria possível fazer com o valor gasto em viagens e no enxoval. Dessa forma, usar o dinheiro para ajudar em muita coisa (32a), comprar milhões de cestas básicas (32b) e matar a fome de quem precisa (32c) não é compatível com a realidade, uma vez que esse valor já foi gasto com viagens e enxovais. Nesse contexto, a perspectiva modal é presente, mas as circunstâncias não são avaliadas no mundo atual, mas em um mundo possível no qual se toma outra atitude como gastar o dinheiro com outras coisas como ilustrado em (32).

- (32) a. 1 bilhão em viagens daria para [para ajudar em muita coisa]
b. O q já gastou com essas viagens inúteis daria para [comprar milhões de cestas básicas!]
c. O valor gasto nesse enxoval daria para ajudar a matar a fome de quem precisa.

Apenas 2 dos 125 dados estavam no infinitivo (1,6%). O uso do infinitivo foi desencadeado pelo fato de ‘dar pra’ estar no escopo de outro verbo modal, como em (33):

- (33) a. Nem deve dar pra ver.
b. Deve dar pra levar uma máscara como essa aqui ó.

Para esses dados, deve-se levar em conta duas perspectivas temporais: (i) a perspectiva do verbo modal ‘dever’ e (ii) a perspectiva do ‘dar para’. A perspectiva temporal de ‘dar para’ parece ser definida a partir do primeiro modal. Por exemplo, podemos parafrasear (33a) como “De acordo com as evidências no momento presente, as condições presentes não permitem ver”. Dessa forma, a flexão temporal-aspectual expressa ingredientes como tempo e aspecto. O tempo desloca a perspectiva temporal do modal, ou seja, o uso do presente faz com que as circunstâncias consideradas sejam as atuais; no caso do passado, as circunstâncias consideradas são as de um determinado momento no passado e, quando o futuro é empregado, as circunstâncias consideradas são aquelas vigentes no futuro. Já o aspecto não parece operar sobre o modal propriamente dito, mas sobre a eventualidade expressa no escopo do modal. Por exemplo, assumimos que a diferença entre o presente e a leitura presente do pretérito perfeito é aspectual, e que o aspecto não está relacionado ao verbo ‘dar para’, mas ao fato de a eventualidade no escopo desse verbo ser concebida como culminada ou não.

O tipo de verbo e a posição na hierarquia

Na hierarquia que consta em Cinque e Rizzi (2008), há seis posições para a expressão de modalidade, a saber: (i) epistêmica; (ii) alética; (iii) volitiva (ou bulética);

(iv) obrigação; (v) habilidade e (vi) permissão. Essa versão da hierarquia está ilustrada em (34).

- (34) [Moodspeech act [Moodevaluative [Moodevidential [**Modepistemic** [Tense(Past) [Tense(Future) [Moodirrealis [**Modalethic** [Aspecthabitual [Aspectrepetitive(I) [Aspectfrequentative(I) [**Modvolition** [Aspectcelerative(I) [Tenseanterior [Aspectterminative [Aspectcontinuative [Aspectretrospective [Aspectproximative [Aspectdurative [Aspectgeneric/progressive [Aspectprospective [**Modobligation** [**Modability** [Aspectfrustrative [**Modpermission** [Aspectcompletive [Voicepassive [Aspectcelerative(II) [Aspectrepetitive(II) [Aspectfrequentative(II)]

(Cinque; Rizzi, 2008, p. 12, 93, grifo próprio)

Como pode ser observado, o sabor modal que um item expressa tem uma relação direta com a posição que ele ocupa na hierarquia, ocupando posições mais altas quando expressa modalidade epistêmica, alética e bulética e posições mais baixas quando expressa modalidade deontica e habilitativa. A hierarquia de núcleos também ajuda a explicar certas interações que observamos do sabor modal com a perspectiva temporal descritas na subseção anterior. Por exemplo, vimos que, na modalidade epistêmica, a perspectiva temporal só pode ser presente, enquanto, na modalidade deontica, a perspectiva temporal pode ser presente ou passado. Isso decorre do fato de que o núcleo que expressa a modalidade epistêmica está em uma posição alta, acima do tempo, e o núcleo que expressa a modalidade deontica está em uma posição baixa, abaixo do tempo, como ilustrado em (34).

Conforme discutido na seção anterior, ‘dar para’ não expressa modalidade epistêmica, bulética ou habilitativa, mas expressa modalidade deontica fraca (permissão). Dessa forma, ‘dar para’ parece ser um modal que ocupa uma posição baixa, junto com outros modais de raiz. Para além da modalidade deontica fraca, mostramos que ‘dar para’ pode expressar modalidade circunstancial e teleológica, tipos modais não representados na hierarquia de núcleos funcionais de Cinque (1999, 2006) e Cinque e Rizzi (2008, 2016). Desse modo, testes de ordenamento com o modal ‘dar para’ e outros núcleos modais, temporais e aspectuais irão auxiliar na determinação de quais posições os núcleos funcionais circunstancial e teleológico ocupam na hierarquia.

A sintaxe de ‘dar para’

Esta subseção discute os aspectos sintáticos de ‘dar para’, como a categoria do complemento, o tipo de argumento externo do verbo no escopo do modal e os padrões de alicamento observados. Em relação ao complemento, todos os casos de dados

espontâneos foram de InfP, como ilustrado em ‘pegar’ e ‘correr’ em (35). Dos nossos exemplos, apenas dois ocorreram no infinitivo flexionado, ilustrado em (36).

- (35) a. Não dá para [_{InfP} pegar uma metralhadora?]
b. Sabia que não dava para [_{InfP} correr.]
- (36) a. Foi o que deu para [_{InfP} fazerem para tentar abafar o caso das visitas ...]
b. Não dá para [_{InfP} fazeres “Fusão”.]

Apesar de todos os dados encontrados serem com a preposição ‘para’, os autores acreditam que a construção com ‘dar de’ também é gramatical e pode ser empregada para expressar modalidade, como ilustrado em (37b).

- (37) a. Dá **para** ir.
b. Dá **de** ir.

Já em relação ao argumento externo do verbo encaixado, os dados espontâneos mostram que ‘dar para’ favorece que a posição não esteja preenchida, como ilustrado na tabela 3. A grande maioria dos dados tem uma categoria vazia (*ec*) na posição de argumento externo, como ilustrado em (38).

Tabela 3 – Tipos de sujeito da encaixada

tipo	Quantidade	Percentual
EC	121	96,8%
DP	4	3,2%

Fonte: Elaboração própria.

- (38) a. Deu para [_{InfP} *ec* perceber?]
b. nem deve dar pra [_{InfP} *ec* ver]

Houve alguns casos nos quais essa posição foi preenchida, como ilustrado em (39). É interessante que, mesmo nesses casos, a preferência do falante parece ser por pronomes genéricos, e não referenciais:

- (39) a. Não dá para [_{InfP} **você** culpabilizar a escola por um evento dessa natureza.]
b. Não dá para [_{InfP} **você** só trabalhar e dizer ‘eu vou ter felicidade no final da vida’.]

Em apenas 19 dos 125 dados que analisamos, ocorre alçamento de constituinte para uma posição antes do modal ‘dar para’. Foram observados os seguintes padrões nos dados espontâneos:

Tabela 4 – Tipos de alçamentos encontradas no *corpus*

De	Para	Quantidade	Percentual
Sem alçamento		101	84%
DP objeto	para CP	2	1,6%
DP locativo	Sujeito tópico	1	0,8%
DP objeto	Sujeito tópico	3	2,5%
DP instrumento	Sujeito tópico	10	8,4%
DP objeto	Objeto da matriz	1	0,8%
Sujeito	Tópico	1	0,8%
DP temporal	Sujeito tópico	1	0,8%

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na tabela 4, a maior parte dos alçamentos é de constituintes DPs não argumentais que perderam a preposição, como ilustrado pelo contraste entre (40) e (41). Esses DPs expressam, de forma explícita, as circunstâncias que permitem as possibilidades.

- (40) a. 1 bilhão em viagens daria para [para ajudar em muita coisa].
b. 300 ml não dava para [matar a sede].
- (41) a. daria para [para ajudar em muita coisa] com 1 bilhão em viagens.
b não dava para [matar a sede] com 300 ml.

Tais DPs têm sido analisados por alguns autores como sendo uma espécie de sujeito-tópico (Avelar; Galves, 2011) ou como tendo estrutura de tópico (Negrão, 1999). Quarezemin (2017), com base em Cardinaletti (2014), propõe que o sujeito pré-verbal pode figurar em duas posições, a depender de ser o sujeito gramatical, com propriedades morfossintáticas, ou ser o sujeito semântico, o sujeito da predicação. A proposta dessas autoras é que cada uma dessas propriedades seja codificada em projeções funcionais distintas: AgrSP e SubjP. Os DPs não-argumentais que perdem a preposição não checam traços-phi nem Caso, o que parece ser o caso de nossos dados. Estes ocupariam a posição SubjP, por não corresponderem ao sujeito gramatical, e sim ao sujeito da predicação. Logo, em nenhuma dessas análises o DP não-argumental que perde a preposição é associado ao sujeito gramatical. A partir dos nossos dados e de tais análises, supomos que o modal ‘dar para’ se comporta diferente dos auxiliares modais “poder”, “dever” e “ter que” em relação ao alçamento de constituinte para a posição de sujeito da sentença: com estes, o alçamento para sujeito gramatical é obrigatório, acionando a concordância e recebendo marcação de Caso; enquanto com ‘dar para’ tal posição é quase sempre ocupada por uma categoria vazia.

Para depreender a posição que o modal ‘dar para’ com emprego circunstancial ocupa na hierarquia de núcleos funcionais de Cinque, testamos sua ocorrência com os núcleos TP(Past), Mod^{Volition}, Asp^{Progressive} e Asp^{Success}, que se localizam em diferentes posições na hierarquia. Vejamos os exemplos:

- (42) a. Deu para perceber? ∀TP(Past) > Mod^{Circunst.}
- b. Tem que dar para o Pedro entrar no jogo. ∀Mod^{Vol.} > Mod^{Circunst.}
- b'. *Dá para ter que o Pedro entrar no jogo. *Mod^{Circunst.} > Mod^{Vol.}
- c. Estava dando para ver a felicidade na carinha dela. ∀Asp^{Prog.} > Mod^{Circunst.}
- c'. *Dava para estar vendo a felicidade na carinha dela. *Mod^{Circunst.} > Asp^{Prog.}
- d. Dá para conseguir tirar a carta de motorista na minha cidade. ∀Mod^{Circunst.} > Asp^{Suc.}
- d'. *Consegue dar para levantar esse peso, será? *Asp^{Suc.} > Mod^{Circunst.}

TP(Past) corresponde a um núcleo alto na hierarquia dos núcleos funcionais, sendo antecedido apenas pelos núcleos Mood^{Speech act}, Mood^{Evaluative}, Mood^{Evidential} e Mod^{Epistemic}. Em nossos dados, houve ocorrências de ‘dar para’ com leitura circunstancial flexionado no tempo passado (TP^{Past}). Em (42a), transcrevemos um desses exemplos. A flexão no modal ‘dar para’ no pretérito perfeito é um indício de que este modal ocupa uma posição abaixo da do núcleo temporal indicador de passado, pois alça um movimento para esse núcleo para receber tal marcação. Assim, depreende-se que a ordem desses núcleos funcionais são TP(Past) > Mod^{Circunstancial}. Em (42b), combinamos ‘dar para’ com leitura circunstancial com o núcleo Mod^{Volition}. Aqui, novamente, verifica-se um ordenamento em que ‘dar para’ circunstancial segue o outro modal: Mod^{Volition} > Mod^{Circunstancial}. Em (42c), testamos a coocorrência de ‘dar para’ circunstancial com o núcleo aspectual progressivo. Nesse caso, verificamos que ‘dar para’ se move para incorporar a flexão do progressivo, o que indica o seguinte ordenamento: Asp^{Progressive} > Mod^{Circunstancial}. Por fim, em (42d), testamos ‘dar para’ com emprego circunstancial coocorrendo com o núcleo aspectual de sucesso. Nesse caso, o que se observa é que o Mod^{Circunstancial} antecede este último: Mod^{Circunstancial} > Asp^{Success}, como mostra a diferença na boa formação das sentenças em (42d). Considerando os exemplos em (42), apresentamos a seguir o ordenamento parcial da hierarquia proposta por Cinque (1999, 2006) com a inserção do núcleo modal circunstancial, testado a partir do ordenamento entre ‘dar para’ com leitura circunstancial e núcleos temporais, modais e aspectuais:

- (43) ... > TP(Past) > ... > Mod_{Vol.} > ... Asp_{Prog.} > ... > **Mod^{Circunst.}** > Asp^{Frustr/Suc} ...

Como já mencionado, o verbo ‘dar para’ assume também interpretação teleológica. Um modal teleológico é interpretado em uma posição diferente na hierarquia de

núcleos funcionais do que, por exemplo, um modal circunstancial, mesmo que ambos sejam lexicalizados pelo mesmo item funcional. Nesse sentido, passamos agora a investigar como o verbo modal ‘dar para’ com interpretação teleológica se relaciona com outros itens indicadores de tempo, modalidade e/ou aspecto. Os exemplos a seguir mostram sentenças em que ‘dar para’ com interpretação teleológica ocorre com itens correspondentes aos núcleos TP^{Past} , $Mod^{Volition}$, $Asp^{Progressive}$ e $Asp^{Completive(I)}$, respectivamente.

- (44) a. Deu para trabalhar aos domingos para ganhar hora extra.
 $\forall TP^{Past} > Mod^{Teleologic}$
- b. Tem que (Bem que podia) dar para fazer greve para pressionar o governo.
 $\forall Mod^{Volition} > Mod^{Teleologic}$
- b'. *Dá para ter que fazer greve para pressionar o governo.
 $*Mod^{Teleologic} > Mod^{Volition}$
- c. Está dando para adotar uma cartinha de Natal para fazer uma criança feliz.
 $\forall Asp^{Progressive} > Mod^{Teleologic}$
- c'. *Dá para estar adotando uma cartinha de Natal para fazer uma criança feliz.
 $*Mod^{Teleologic} > Asp^{Progressive}$
- d. Dá para terminar de contornar esta rua para passar em frente à Arena do Grêmio.
 $\forall Mod^{Teleologic} > Asp^{Completive(I)}$
- d'. *Terminou de dar para contornar esta rua para passar em frente à Arena do Grêmio.
 $*Asp^{Completive(I)} > Mod^{Teleologic}$

Os testes em (44), com ‘dar para’ com interpretação teleológica, mostram que esse núcleo, à semelhança do circunstancial, ocupa uma posição baixa na hierarquia de núcleos funcionais, entre o $Asp^{Progressive}$ e o $Asp^{Completive(I)}$. Os testes foram realizados com núcleos que ocupam posições com diferentes alturas na hierarquia e que podem combinar com a modalidade teleológica. Tendo em conta tais combinações, chegamos à seguinte sequência dos núcleos funcionais:

- (45) ... > $TP^{(Past)}$ > ... > $Mod^{Vol.}$ > ... > $Asp^{Prog.}$ > ... > **$Mod^{Tel.}$** > ... > $Asp^{Compl(I)}$

Por fim, passamos a aplicar a metodologia proposta por Cinque (1999, 2006) em sentenças com ‘dar para’ com conotação deôntica de permissão. Os exemplos a seguir mostram a combinação desse verbo com núcleos funcionais de tempo, aspecto e/ou modalidade, conforme se fez acima, com ‘dar para’ denotando leitura circunstancial e teleológica, respectivamente.

(46) a. Não deu para flexibilizar exploração na Foz do Amazonas, diz Marina.
 $\forall \text{TPPast} > \text{Mod}_{\text{Perm.}}$

b. ‘Não está dando para tratar facções sem polícia’, defende governador da Bahia.

$\forall \text{Asp}_{\text{Prog.}} > \text{Mod}_{\text{Perm.}}$

b’.* ‘Não dá para estar tratando facções sem polícia’, defende governador da Bahia.

$*\text{Mod}_{\text{Perm.}} > \text{Asp}_{\text{Prog.}}$

c. ‘Base se formou, mas não dá para terminar de aprovar pauta de costumes’, diz Zeca Dirceu, líder do PT na Câmara.

$\forall \text{Mod}_{\text{Perm.}} > \text{Asp}_{\text{Compl(I)}}$

c’.* ‘Base se formou, mas não terminou de dar para aprovar pauta de costumes’, diz Zeca Dirceu, líder do PT na Câmara.

$*\text{Asp}_{\text{Compl(I)}} > \text{Mod}_{\text{Perm.}}$

d. Não dá para tentar relativizar o terrorismo, seja de que lado for.

$\forall \text{Mod}_{\text{Perm.}} > \text{Asp}_{\text{Con.}}$

d’.* Tentar não dá para relativizar o terrorismo, seja de que lado for.

$*\text{Asp}_{\text{Con.}} > \text{Mod}_{\text{Perm.}}$

O resultado dos testes de (46) apontam que ‘dar para’ com leitura deôntica de permissão é interpretado depois do núcleo $\text{Asp}^{\text{Progressive}}$ e antes dos núcleos $\text{Asp}^{\text{Conative}}$ e $\text{Asp}^{\text{Completive(I)}}$, mesma posição prevista para o núcleo $\text{Mod}^{\text{Permission}}$ na hierarquia de Cinque. Abaixo, transcrevemos o trecho relevante da hierarquia para ilustrar a posição de ‘dar para’ com esse emprego em relação às outras categorias testadas.

(47) ... > $\text{TP}^{\text{(Past)}}$ > ... > $\text{Asp}^{\text{Progressive}}$ > ... > $\text{Mod}^{\text{Permission}}$ > $\text{Asp}^{\text{Conative}}$ > $\text{Asp}^{\text{Completive(I)}}$ > VoiceP

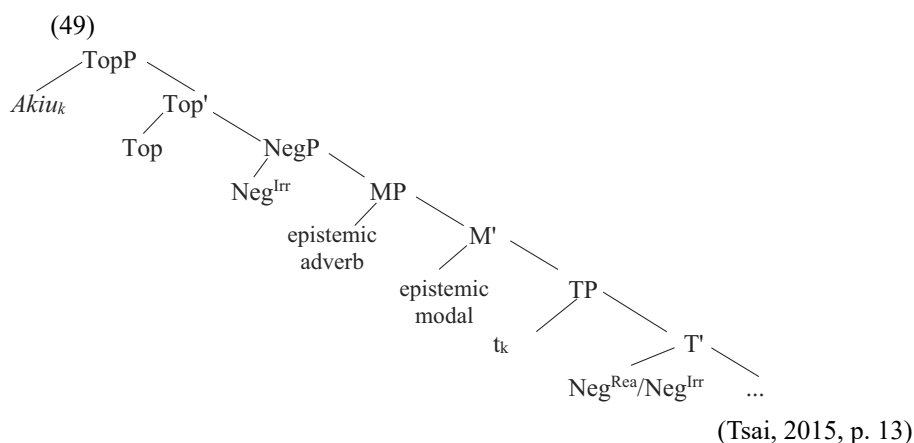
‘Dar para’ também pode se combinar com outros núcleos modais, conforme mostram as sentenças do exemplo a seguir:

(48) a. Deve dar pra levar uma máscara como essa aqui ó.
 b. Tem que dar para entrar com bebidas na festa.

Em sentenças com coocorrência de modais com ‘dar para’, como em (48), observa-se que esse modal ocupa a segunda posição, sendo antecedido por um modal alto: epistêmico, como em (48a); ou bulético, como em (48b). Conforme Rech e Varaschin (2018), quando dois itens modais figuram em um mesmo domínio funcional, como em (48), o primeiro corresponde a um modal alto, orientado para um participante do

ato de fala (falante ou interlocutor); e o segundo, a um modal de raiz, orientado a um participante do evento descrito pelo VP (preferencialmente o sujeito da sentença). As sentenças em (48) correspondem, portanto, a mais uma evidência de que ‘dar para’ constitui um item funcional, comportando-se como outros itens funcionais em relação ao rígido ordenamento sintático que essas categorias seguem.

Outro teste empregado na literatura linguística para depreender a altura de um item funcional modal na estrutura sintática é sua combinação com um item de negação sentencial (Tsai, 2015; Drubig, 2001). A partir da análise dos modais em chinês, Tsai (2015) afirma que um modal epistêmico está acima da marcação de negação de sentenças reais (*mei*) e abaixo da marcação de negação em sentenças irrealis (*bu*): “Double negation again displays the same pattern: Irrealis negation *bu* can appear on both sides of an epistemic modal. Realis negation *mei*, on the other hand, can only follow an epistemic modal.”⁷ (p. 11-12). Segundo Tsai, essa relação aponta uma posição para o modal epistêmico, visto que o marcador de negação irrealis (*bu*) está em uma posição alta na sentença, acima de tempo, e o marcador de negação realis (*mei*) está em uma posição baixa na sentença, conforme ilustrado em (49), que mostra o modal epistêmico em uma posição alta na hierarquia da sentença, sob o escopo da negação irrealis, mas não da negação realis.



Drubig (2001) afirma que, quando um item modal tem escopo sobre a negação, gera leitura epistêmica; se, entretanto, a negação tiver escopo sobre o modal, a única leitura possível será a de raiz. Em (50a), o modal tem escopo sobre a negação, denotando modalidade epistêmica; em (50b), a negação é que tem escopo sobre o modal, que disponibiliza apenas leitura deôntica.

⁷ “Dupla negação novamente traz o mesmo padrão: a negação irrealis *bu* pode aparecer nos dois lados do modal epistêmico. A negação realis *mei* só pode seguir um modal epistêmico.” (tradução própria)

(50)a. *Dia mesti tidak belajar.* (epistêmico)
 he must not study
 ‘Ele deve não estudar.’ (Drubig, 2001, p. 8)

b. *Dia tidak mesti belajar.* (deontic)
 he not must study
 ‘Ele não deve estudar.’ (Drubig, 2001, p. 8)

O modal ‘dar para’ não gera leitura epistêmica; logo, é esperado que fique sob o escopo da negação sentencial em todos os seus empregos – circunstancial, deontico e teleológico, visto tratar-se de um modal de raiz. Os exemplos a seguir, extraídos de nosso *corpus*, ilustram cada um desses empregos:

- (51) a. Não deu para dançar o tanto que eu queria.
 b. Não dá para você culpabilizar a escola por um evento dessa natureza, diz especialista.
 c. No Dia da Conscientização do Autismo, mães pedem fim da romantização do transtorno: ‘Não dá para mostrar só o lado bonito’.

Conforme mostram as sentenças do exemplo acima, o modal ‘dar para’ fica sob o escopo da negação quando empregado com leitura circunstancial (51a), deontica (51b) e teleológica (51c). Esses dados sinalizam que ‘dar para’ corresponde a um modal de raiz, ocupando posição baixa na hierarquia de núcleos funcionais, conforme resultado dos testes nos exemplos (42), (44) e (46).

Conclusão

Em nossa descrição semântica, assumimos que ‘dar para’ expressa modalidade fraca, assim como assumido por Oliveira (2001). Dessa forma, a força desse verbo seria semelhante à do verbo funcional ‘poder’, mas, diferente deste, com menor flexibilidade em relação aos tipos de modalidade que pode expressar. Mostramos que ‘dar para’ é um modal raiz que favorece a leitura de modalidade circunstancial, mas que também pode ser empregado na leitura deontica *ought to do* e na teleológica. Assim, os resultados obtidos a partir dos testes da semântica formal e da cartografia sintática corroboram a análise desse modal feita por Souza (2016), como facultativo, uma vez que este parece equivalente ao que é chamado de modal circunstancial na literatura formal. Mostramos também que ‘dar para’ não pode expressar modalidade epistêmica, diferente do assumido por Duarte (2012) e Coelho e Silva (2014). Os dados e testes evidenciaram que esse verbo não figura na primeira posição em uma sequência de modais. O verbo ‘dar para’ pode ser flexionado em diversos tempos, como o presente, o pretérito imperfeito e o perfeito, o futuro do presente e do pretérito e o infinitivo.

Essas flexões são o *spell out* de tempo e aspecto, sendo que o papel do tempo é deslocar a perspectiva temporal do modal.

Testes de precedência e transitividade, baseados em Cinque (1999, 2006), revelaram propriedades funcionais no emprego de ‘dar para’ denotando modalidades circunstancial, teleológica e deôntica. Dessa forma, os testes da cartografia sintática corroboram a análise de Coelho e Silva (2014), que classifica ‘dar para’ como um verbo auxiliar, mas não a de Duarte (2012) e Souza (2016), que classificam ‘dar para’ como verbo pleno. Com leitura circunstancial, ‘dar para’ é interpretado entre os núcleos Asp^{Progressive} e Asp^{Frustrative/Success} da hierarquia de Cinque; com leitura teleológica, é interpretado entre os núcleos Asp^{Progressive} e Asp^{Completive(I)}; por fim, com leitura deôntica, é interpretado entre os núcleos Asp^{Progressive} e Asp^{Conative}. Assim como ocorre com outros itens funcionais, a interpretação desse modal é determinada pela posição que ocupa na hierarquia de núcleos funcionais. Outro aspecto interessante em relação ao emprego de ‘dar para’ é que figura com outros núcleos modais em um mesmo domínio funcional – coocorrência de modais, o que ocorre apenas com itens funcionais. Na coocorrência de núcleos modais, ‘dar para’ ocorre apenas na segunda posição, sendo antecedido por modal epistêmico ou bulético, o que evidencia ter seu emprego restrito a um modal de raiz. Em (52), transcrevemos parte relevante da hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006), com destaque para os núcleos lexicalizados por ‘dar para’:

- (52) Epist>...>TP(Past)>TPFut>MoodIrr>...>AspHab>AspRepet>AspFrequent>...>ModVolition>...>AspProgres>AspIncep(I)>ModObligation>**ModCircust**>AspFrustrat/Sucesso>**ModPerm**>AspConat>**ModTeleologic**>AspComple(I)>VoicePassive > Verb

Em relação à ocorrência de ‘dar para’ com um item de negação sentencial, observou-se, em nossos dados, que esse verbo está sob o escopo da negação em todos os seus empregos – circunstancial, teleológico e deôntico, indicando tratar-se de um item modal de raiz.

Mostramos também que ‘dar para’ tem em seu escopo sempre um InfP, no qual o verbo pode estar flexionado, mas que a tendência é que não esteja. Há uma tendência também de que a posição do argumento externo do verbo no escopo do modal não esteja preenchida e, quando está, o verbo parece favorecer sujeitos genéricos. O verbo ‘dar para’ também não favorece alçamento para a posição de sujeito, mas, quando ocorre alçamento, geralmente é de um DP instrumental, que deixa explícitas as circunstâncias que possibilitam a eventualidade. Desse modo, há uma relação direta entre o tipo de modalidade expressa pelo modal e o tipo de alçamento.

FERREIRA, Luiz Fernando; RECH, Núbia Ferreira. The verb ‘dar para’ as an expression of modality in Brazilian Portuguese: a study based on syntactic cartography and formal semantics. *Alfa*, São Paulo, v. 69, 2025.

- **ABSTRACT:** *The aim of this paper is to provide a syntactic and semantic analysis for the modal ‘dar para’ (give to) in Brazilian Portuguese, following syntactic cartography (Cinque, 1999; 2006; Cinque; Rizzi, 2008) and formal semantics (Kratzer, 1977, 1991). Two methodological procedures are used: (i) the analysis of 125 spontaneous data on the internet (on social network X and news websites) and (ii) the preparation of tests using the introspection method. In the literature, ‘dar para’, in its modal use, is analyzed as a quasi-auxiliary verb (Salomão, 2008; Souza, 2016), lexical verb (Duarte, 2012; Souza, 2016) or auxiliary verb (Coelho; Silva, 2014). Semantically, ‘dar para’ is treated as a weak verb (Oliveira, 2001) which expresses epistemic modality (Duarte, 2012; Coelho; Silva, 2014), facultative modality (Souza, 2016) or root and deontic modality (Vélosa, 2007). We argue that ‘dar para’ is a functional verb that expresses only weak root modality, preferably expressing circumstantial modality, and less frequently deontic and teleological modalities. It differs syntactically from other modal functional verbs such as ‘poder’, ‘dever’ and ‘ter que’ because it does not favor raising to the subject position and, semantically, because it is more restricted in relation to the types of modality it expresses.*
- **KEYWORDS:** *Dar para; Root modality; Modality; Syntactic Cartography; Formal Semantics.*

Contribuição dos autores (conforme taxonomia CRediT):

Luiz Fernando Ferreira: Conceitualização, Curadoria dos dados, Análise de Dados, Redação do manuscrito original, Redação (Edição e Revisão).

Núbia Saraiva Ferreira Rech: Curadoria dos dados, Análise de Dados, Redação do manuscrito original, Redação (Edição e Revisão).

Declaração de disponibilidade de dados

O banco de dados que dá suporte à análise realizada neste estudo está disponível neste link: <https://docs.google.com/document/d/1JSjtIruvCRd9u6x55BkzpDEismaLDipb/edit?usp=sharing&oid=114420792231737192925&rtpof=true&sd=true>. A origem dos dados é a rede social X (antigo Twitter) e alguns de sites de notícias, conforme indicado no texto.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, J.; GALVES, C. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. *In*: COSTA, A.; FALÉ, I.; BARBOSA, P. (org.). **Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Portugal: APL, 2011. p. 69-45.
- BHATT, R. **Covert Modality in Non-Finite Contexts**. 1999. Ph.D. Thesis, University of Pennsylvania, 1999.
- CÁ, J. F. **Aspectos Linguísticos do Guineense**: reflexões acerca de uma língua. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.
- CARDINALETTI, A. Cross-linguistic variation in the syntax of subjects. *In*: PICCALO, M. C. (ed.). **Linguistic Variation in the Minimalist Framework**. EUA: Oxford University Press, 2014. p. 82-107.
- CINQUE, G.; RIZZI, L. The cartography of syntactic structures. **STiL: Studies in Linguistics (CISCL Working Papers)**, [S. l.], v. 2, p. 42-58, 2008.
- CINQUE, G. **Restructuring and functional heads**: the cartography of syntactic structures. New York: Oxford University Press, 2006.
- CINQUE, G. **Adverbs and functional heads**: a cross-linguistic perspective. New York: Oxford University Press, 1999.
- COELHO, S. M.; SILVA, S. E. P. O *continuum* de gramaticalização do verbo dar: de predador a auxiliar. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 18, n.34, p. 23-40, 2. sem. 2014.
- CONDORAVDI, C. Temporal interpretation of modals: modals for the present and for the past. *In*: BEAVER, D.; KAUFMANN, S.; CLARK, B.; CASILLAS, L. (ed.). **The construction of meaning**. Palo Alto: CSLI Publications, 2001.
- DRUBIG, H. B. **On the syntactic form of epistemic modality**. Manuscript, University of Tübingen, Tübingen, 2001.
- DUARTE, M. E. L. A expressão da modalidade deôntica e epistêmica na fala e na escrita e o padrão SV. **Revista do GELNE**, v. 14, n. 1/2, p. 77-94, 2012.
- FELDMAN, F. **Doing the best We can**. Dortrecht: Reidel, 1986.
- FERREIRA, L. F.; RECH, N. S. F. Aspectos sintáticos e semânticos do verbo ‘perigar’. **Fórum Linguístico**, 2025.
- FERREIRA, M. The semantic ingredients of Imperfectivity in Progressives, Habituals, and Counterfactuals. **Natural Language Semantics**, v. 24, p. 353-397, 2016.
- FERREIRA, M. On the indexicality of portuguese past tenses. **Journal of Semantics**, v. 34, n. 4, p. 633-657, 2017.

FERREIRA, M. Alçamento temporal em complementos infinitivos do português. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 62, p. 1-19, 2020.

FERREIRA, N. S. **Auxiliares**: uma subclasse dos verbos de reestruturação. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

HACQUARD, V. Modality. In: VON HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (ed.). **Semantics**. Berlin: de Gruyter, 2011. p. 1484-1515.

HACQUARD, V. On the event relativity of modal auxiliaries. **Natural Language Semantics**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 79-114, 2010.

HACQUARD, V. **Aspects of modality**. 2006. Tese (Doctor of Philosophy in Linguistics) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2006.

KRATZER, A. What ‘must’ and ‘can’ must and can mean. **Linguistics and philosophy**, v. 1, n. 3, p. 337-355, 1977.

KRATZER, A. Modality. In: VON STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (ed.). **Semantik / Semantics**: Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 1991. p. 639-650.

MENDES, J. V. **Interações Modal-temporais no Português Brasileiro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

NEGRÃO, E. **Português brasileiro**: uma língua voltada para o discurso. 1999. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OGIHARA, T. Tense and aspect in truth-conditional semantics. **Lingua**, p. 392-418, 2005.

OLIVEIRA, R. A expressão ‘dar para’ de item PB: uma análise formal. In: **XXX Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo**, 2001, Marília.

PESSOTTO, A. L. ‘pode’ e ‘podia’: uma proposta semântico-pragmática. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 2, p. 11-41, 2011.

PESSOTTO, A. L. Epistemic and Gradable Modality in Brazilian Portuguese: a comparative analysis of ‘poder’, ‘dever’ and ‘ter que’. **ReVEL**, special issue 8, p. 49-75, 2014.

PESSOTTO, A. L. **Força e evidência**: uma análise teórico experimental da semântica de ‘pode’, ‘deve’ e ‘tem que’. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. A. Explicando as diferenças semânticas entre <i>ter que</i> e <i>dever</i>: uma proposta em semântica de mundos possíveis. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; PESSOTTO, A. Wishing it were: podia and the implicature of desire in Brazilian Portuguese. **Proceedings of SULA V – Semantics of Underdescribed Languages in Americas**. 2010.

POLLOCK, J-Y. Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. **Linguistic Inquiry**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 365-474, 1989.

QUAREZEMIN, S. A arquitetura da sentença no Português Brasileiro: considerações sobre Sujeito e Tópico. **Revista Letras**, Paraná, v. 96, p. 196-218, jul./dez. 2017.

RECH, N. S. F. O processo de auxiliaridade verbal no português brasileiro: uma análise dos modais poder, dever e ter de/que. **Working Papers em Linguística** (Online), v. 11, p. 37-51, 2011.

RECH, N. S. F.; GIACHIN, A. S. As interpretações disponíveis para os modais ‘pode’ e ‘deve’ em construções com predicados adjetivais. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 12, p. 21-49, 2014.

RECH, N. F.; VARASCHIN, G. Propriedades do modal deôntico *ought-to-be*. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 62, p. 361-380, 2018.

RIZZI, L.; CINGUE, G. Functional categories and syntactic theory. **Annual Review of Linguistics**, [S. l.], v. 2, p. 139-163, 2016.

SALOMÃO, M. M. M. Construções modais com dar no português do Brasil: metáfora, uso e gramática. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 83-115, jan./jun. 2008.

SCHMIT, C. Cross-linguistic variation and the present perfect: The case of Portuguese. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 19, p. 403-453, 2001.

SOUZA, C. N. Análise de usos modais do verbo dar em entrevistas no português brasileiro. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 45, n. 1, p. 86-99, 2016.

TSAI, D. (ed.). **The Cartography of Chinese Syntax**. The Cartography of Syntactic Structures, Volume 11. Oxford University Press, 2015.

VELLOSO, M. **A emergência da gramática**: estudo da idiomatização da Construção modal com “dar” no Português do Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

VON FINTEL, K. Modality and Language. In: BORCHERT, D. M. (ed.). **Encyclopedia of Philosophy** – Second Edition. Detroit: MacMillan Reference USA, 2006.

VON FINTEL, K.; HEIM, I. Intentional semantics. **Unpublished lecture notes**, 2011.

Recebido em 15 de outubro de 2024.

Aprovado em 6 de março de 2025.